

O TEATRO DO PODER E O CONTRATEATRO DO CAMPESINATO PARAIBANO: NEGOCIAÇÃO, TÁTICAS E RESISTÊNCIAS (1935-1945)¹

José Luciano de Queiroz Aires²

Um palco, um cenário e vários personagens. Está criada uma atmosfera teatral. Os atores passam a representar papéis, a encenar uma peça para espectadores do outro lado da platéia. Representar no duplo sentido conceitual: estar no lugar de algo/alguém e de procurar encenar uma visão textual parcial para o público. Eis aí algumas características de uma arte tão milenar que é o teatro. Características que serão apropriadas em uma dimensão também milenar que é a política.

Maquiados, trajados, mascarados, lá vão os atores políticos ao palco. Iluminados pelos holofotes da oficialidade misturam-se aos adereços do cenário em busca do encontro com a multidão. O texto a ser encenado é, minimamente, preparado, calculado, retoricizado. Roger-Gérard Schwartzberg³ fala da “*indústria do espetáculo*” para se referir à organização da espetacularização da política nos moldes empresariais do capitalismo contemporâneo. Os governos começam a contratar publicitários para cuidarem de sua aparição pública, surgem agências de publicidades especializadas, seguindo os passos abertos pela publicidade comercial. Esse cuidado do ator político, como uma marca a ser vendida, é aguçado, sobremaneira, com a massificação da televisão.

No caso da Paraíba dos anos 1930/40, objeto desse artigo, a espetacularização da política se apropriou de signos culturais como o teatro, a fotografia, o rádio, a música e o cinema para dinamizar as comemorações cívicas que foram instituídas no calendário do poder.

A teatralização do poder político na Paraíba não começa nos anos de 1930. Ela tem evidências históricas assentadas em uma duração mais ou menos longa. Durante a Primeira República, o Estado Brasileiro já havia definido as “festas que a República manda guardar”, parafraseando a historiadora Lúcia Lippi Oliveira⁴. Pelos sinais da documentação oficial consultada, observei que a Paraíba seguiu as orientações do calendário cívico nacional. As festas mais comemoradas eram o Dia da Bandeira (19 de novembro), a Festa do Partido Operário (19 de janeiro), a Independência do Brasil (7 de setembro), a Proclamação da República (15 de

¹ Esse artigo é parte do último capítulo da minha Tese de Doutorado, intitulada *Cenas de um espetáculo político: poder, memória e comemorações na Paraíba (1935-1945)*, defendida junto ao PPGH da Universidade Federal de Pernambuco, sob orientação da Prof^a Dr^a Rosa Maria Godoy Silveira.

² Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor Adjunto da Universidade Federal de Campina Grande, UAEDUC/CDSA. E-mail: <joseluciano9@gmail.com>.

³ SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. *O Estado Espectáculo*. Tradução de Heloysa de Lima Dantas. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

⁴ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As Festas que a República Manda Guardar. *Revista de Estudos Históricos*. v.2, n. 4, 1989. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 4 ago. 2006.

novembro), o Dia do Trabalho (1º de maio), a Batalha Naval de Riachuelo (11 de junho), o Centenário da Revolução de 1817 (1917), a Confederação do Equador (2 de julho), o Centenário da Independência do Brasil (1922), a Revolução Francesa (14 de julho), Festa a André Vidal de Negreiros (21 de março de 1922) e o Dia do Soldado (25 de agosto).

Além desse passado comemorado⁵, também eram valorizados os espetáculos que fomentassem a elaboração e a consolidação da memória do governo vigente, comemorando-se desde o aniversário natalício do presidente do Estado até as celebrações de cada ano passado do seu governo. Bastante comemoradas, também, eram as viagens realizadas pelos presidentes, sempre festejadas no momento da partida e do regresso à capital do estado⁶.

Essas marcas inscritas no calendário da Primeira República compunham as *tradições inventadas* para legitimar a memória do regime recém-inaugurado, procurando silenciar a Monarquia em seus restos mnemônicos. José Murilo de Carvalho (1990) nos aponta a complexidade do Partido Republicano e a construção de um imaginário nacional apelando para homens e gestos de um passado apropriado, de que é exemplo emblemático a figura de Tiradentes. Esse imaginário, porém, se movimentava, tanto do presente para o passado como do presente para o futuro. Dessa forma, tanto se afirmava o passado, como no caso de Felipe dos Santos, Tiradentes, Frei Caneca, Peregrino de Carvalho, como também certo passado era negado, ao conferir emudecimento e invisibilidade a símbolos como a coroa, a Bandeira Imperial e o monumento de Pedro I.

Essa dramatização, entretanto, se transformaria a partir da década de 1930. A partir de então, outras festas foram inventadas ao passo que as antigas foram ressignificadas. Aos deslocamentos de sentidos, somam-se o aparato técnico trazido no bojo dos meios de comunicação de massa e a criação do Departamento de Estatística e Publicidade, encarregado do controle cultural e da divulgação da propaganda oficial.

No tocante ao contexto histórico, o teatro que se ergue no pós-1930, se insere no processo de efervescência da estruturação de um Estado Brasileiro de feição centralista, corporativista e de base econômica urbano-industrial. No plano macro do cenário internacional, as guerras mundiais e a ascensão e crise dos regimes fascistas marcam a primeira metade do século XX.

O teatro político paraibano do pós-1930, procurava incutir uma ideia de Paraíba moderna cuja mola propulsora de tal processo repousava na esfera de um Estado que se auto-definia igualmente moderno. Com Argemiro de Figueiredo e, posteriormente, Ruy Carneiro à frente do governo houve um imenso investimento na engenharia da propaganda governamental empreendida pela cinematografia, a radiodifusão e

⁵ Paul Ricoeur estabelece uma diferença entre rememoração (a elaboração individual do passado) e a comemoração (um trabalho de construção coletiva da memória). RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução Alain François. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

⁶ O corpus documental analisado nos mostra que essas práticas concernentes a uma personalização do poder, por meio do espetáculo, foram realizadas também pelos governos subseqüentes a Camilo de Holanda: Solon de Lucena (1920-1924), João Suassuna (1924-1928) e João Pessoa (1928-1930).

o fotojornalismo. A questão problematizadora desse texto situa-se em compreender como os camponeses paraibanos interagiam com esse Estado Espetáculo, apoiado pelas oligarquias rurais.

Após o movimento de 1930, não se verificaram grandes rupturas estruturais nas bases socioeconômicas e nas relações de poder no campo paraibano. O latifúndio continuou contrastando com a pequena e média propriedade. As relações de produção, baseadas, sobretudo, no trabalho de vaqueiros, meeiros, moradores e pequenos assalariados. O poderio das oligarquias rurais também não foi extirpado de suas práticas de uma *cultura política clientelista*.

O campo também não formava uma homogeneidade. Na área açucareira, as usinas começavam a substituir os velhos engenhos de fogo morto, narrados, romanescamente, por José Lins do Rego. Aí, as relações de produção, em geral, variavam entre assalariadas ou semi-feudais. Na zona algodoeiro-pecuária, prevaleciam, além do latifúndio, a agricultura familiar, as pequenas e médias propriedades, no conjunto, uma área heterogeneamente formada por moradores, meeiros, pequenos agricultores e vaqueiros.

As relações de classes entre o patronato e o campesinato, no período em estudo, ocorriam de modo bastante assimétrico, mas funcionando num relativo equilíbrio de forças com interesses em ambos os lados. A pesquisa da historiadora Mariângela Nunes⁷ é bastante sugestiva a respeito. Estudando os camponeses da região do Cariri paraibano, ela nos oferece um olhar direcionado por outro ângulo, diferente das teorias que coisificavam os trabalhadores. Para Nunes, entre, de um lado, moradores, meeiros, parceiros, e de outro, os fazendeiros, havia um jogo recíproco de obrigações e favores. Esse jogo era realizado num grande tabuleiro (o latifúndio) no qual se moviam reis e vassalos, cada qual procurando fazer a melhor jogada para sobrevivência no próprio jogo.

Os proprietários, evidentemente, levavam grandes vantagens, afinal de contas, eram os detentores da terra. Os lavradores já possuíam uma relação de sobrevivência com a terra, buscando nela o alimento para o cotidiano de suas famílias. Nesse contexto, marcado pela falta de grandes oportunidades para os trabalhadores do campo, no qual a legislação trabalhista não se estendia a ele, o roçado era a única oportunidade considerada relevante sob a ótica do trabalhador do campo. Era um espaço de liberdade, conforme interpretação de Mariângela Nunes, um pequeno mundinho de terra no qual o trabalhador estava relativamente afastado da disciplina e do tempo do relógio. No roçado, a concepção de trabalho vinculava-se aos costumes e tradições familiares que perpassavam as gerações, eram eles que orientavam o cotidiano da lida. Nesse sentido, pode-se concluir que os lavradores eram atores sociais portadores de uma *racionalidade limitada*⁸, nos dizeres de Giovanni

⁷ NUNES, Mariângela de Vasconcelos. *Entre o capa verde e a redenção: a cultura do trabalho com o agave nos Cariris Velhos, Paraíba (1937-1966)* Tese (Doutorado em História), Universidade de Brasília, 2006.

⁸ Estudando o fazer biográfico, no ofício do historiador, Giovanni Levi problematiza a relação entre normas e práticas, entre indivíduo e grupo social e entre determinismo e liberdade de escolha por parte dos atores históricos. Nesse particular, o historiador italiano procura distinguir a *racionalidade absoluta* da *racionalidade limitada*. Nas palavras de Levi (2005, p. 179): “(...) deveríamos indagar

Levi. Sabiam ler o mundo e buscar tirar proveito nos seus limites; mais do que simplesmente “massa de manobra” dos latifundiários, eram eles sujeitos conscientes das desigualdades, mas que sabiam negociar muito bem a sua sobrevivência.

Entretanto, esse jogo recíproco de relações também era permeado por conflitos e tensões, momento em que os alicerces do paternalismo se abalavam: “Nas relações cotidianas também podiam aflorar ressentimentos, notadamente quando os lavradores se sentiam injustiçados, pelo proprietário, de quem aquele esperava ajuda”⁹. Havia conflito em torno da pesagem da safra, quando do desrespeito dos acordos do contrato, quando se usavam pedras como medidas de peso, o que demonstra a não passividades dos lavradores.

Esse relativo equilíbrio no campo, movido por relações paternalistas assimétricas e recíprocas, era desfeito nos períodos de estiagem. Funcionando como um complicador social na temporalidade da Era Vargas, estiveram as secas de 1932, 1939 e 1942. A primeira ocorrera em meio à chamada “Revolução” Constitucionalista paulista enquanto as duas últimas ocorreram nos tempos II Guerra Mundial. Eram tempos de tensões sociais no campo, pois o pacto paternalista sumia juntamente com a chuva.

Hino á chuva

Salve! Oh! Chuva fecundadora dos montes e dos valles.

A floresta verde dos campos proclama tua magnificência.

As flores frescas e belas cantam hymnos de côr em tua honra.

*Os fructos doces das arvores, aguçando o desejo,
ostentam-se para tua glória*

*As fontes a sussurrar, os regatos rumorejando, os rios
bramindo e o mar, o próprio mar estrondeando, exaltam
a grandeza de tua força.*

*Os pássaros nos ramos entôam suaves melodias louvando
teus benefícios.*

mais sobre a verdadeira amplitude da liberdade de escolha. Decerto essa liberdade não é absoluta: culturalmente e socialmente determinada, limitada, pacientemente conquistada, ela continua sendo no entanto uma liberdade consciente, que os interstícios inerentes aos sistemas gerais de normas deixam aos atores. Na verdade nenhum sistema normativo é suficientemente estruturado para eliminar qualquer possibilidade de escolha consciente, de manipulação e de interpretação das regras, de negociação (...) Parece-me que assim evitamos abordar a realidade histórica a partir de um esquema único de ações e reações, mostrando, ao contrário, que a repartição desigual do poder, por maior e mais coercitiva que seja, sempre deixa alguma margem de manobra para os dominados; estes podem então impor aos dominantes mudanças nada desprezíveis”. LEVI, Giovani. Usos da biografia. In: AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.) *Usos & abusos da história oral*. 7.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 167-191.

⁹ NUNES, Mariângela de Vasconcelos. O cotidiano dos lavradores dos Cariris Velhos: Um lugar de táticas. In: ARAÚJO, Edna Maria Nóbrega; NÓBREGA, Elisa Mariana de Medeiros; SANTOS NETO, Martinho Guedes dos; BARBOSA, Vilma de Lurdes. *Historiografia e(m) diversidades: artes e artimanhas do fazer histórico*. Campina Grande: Editora da UFCG, 2010, p. 35.

*Os animaes nas selvas emmudecem ante a tua
magnanimidade.*

*As próprias pedras lavadas dos caminhos, parecem
meditar serenas a tua generosidade.*

*A humanidade inteira se rejubila á tua aproximação, farta-
se na tua opulência e de joelhos te aclama anunciadora
da prosperidade.*

*Depois que passas o ar é mais puro, o sol é mais claro, o
céu é mais bello e a natureza em festa regosija-se estuante
de seiva.*

*Exemplo de pureza, estímulo á bondade, condição
de vida e progresso, a abundância e tua expressão e
resultado a alegria humana é teu esplendor*

*Bem dita sejas tu oh! Chuva que, livre de fronteiras,
vivificas todos os povos da terra; que não te prestas ao
egoísmo monopolizador dos homens sem coração.*

Eu te saúdo, oh! Deusa do altruísmo!

Honóro de Mello¹⁰.

Nesse documento, o intelectual paraibano Honório de Mello cantava à chuva nos primeiros dias de 1938. A maravilha caída dos céus fecunda a terra e verdeja os campos, faz cair frutos doces das árvores e as águas rolam rio abaixo ao encontro do mar. Os pássaros cantam mais bonito, os animais e pedras são mais serenos, a humanidade agradece, de joelhos, a fartura proveniente. A chuva é sinônimo de progresso, é a alegria humana por excelência, é presente de Deus.

A letra do hino revela uma visão deísta e edênica. Com ela caindo sobre a terra, corre o leite e o mel, a fartura e a opulência. Sem ela, a situação se inverte e se agrava. Dessa forma, as interpretações sobre o mundo social são feitas com base no determinismo natural. Desse modo, ficam ocultadas as múltiplas faces histórico-culturais que envolvem a invenção da seca¹¹ como uma problemática política. A chuva, na verdade, era o combustível apropriado para a manutenção do pacto paternalista entre trabalhadores e fazendeiros nos sertões. A estiagem, por sua vez, se constituía no pano de fundo no qual se desfazia esse pacto e a sua relativa estabilidade social. Contudo, todo esse processo é realizado mediante

¹⁰Jornal A VOZ DA BORBOREMA, 8 jan.1938.

¹¹O historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior nos mostra que a seca é uma invenção política e social das elites do Norte. O marco havia sido a seca de 1877, no contexto da crise econômica dos principais produtos de exportação, da perda de espaço político das elites nortistas e da evasão da mão-de-obra escrava para o sul cafeeiro. Antes de 1877, havia estiagem, porém, ninguém falava de seca. Os efeitos das estiagens atingiam apenas animais, pobres e escravos. Em 1877, contudo, ao atingir as elites, estas passaram a usar o discurso da região seca como arma poderosa para conseguir em seu espaço no âmbito nacional. Atribuíaam suas causas à natureza e procuravam tirar vantagens captando recursos do Estado Nacional. ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste. *Revista Brasileira de História*, v. 15, n. 28, São Paulo, 1995, p. 111-120.

escolhas de grupos e classes sociais, cuja mobilidade vai dialogando com o tempo da natureza.

Os trabalhadores do campo, no meu entendimento, são tão sujeitos da história quanto os operários e trabalhadores das cidades. Também acreditam, sonham, se decepcionam, negociam, resistem, relêem o mundo. Porém, vivem experiências e expectativas na singularidade do seu contexto histórico. Em tempos de instabilidades, sobretudo, a ação do governo procura evitar saques às feiras, ao comércio, a prefeituras e repartições públicas, uma prática corrente da *cultura política* dos pobres dos sertões. As populações pobres foram acumulando anos de experiências e impunham um certo temor aos poderosos, vigiavam e cobravam suas obrigações paternalistas, e quando não negociavam, partiam para a resistência¹².

Falando com os testemunhos indiciários fornecidos pela literatura do romance regionalista e pela poética nordestina dos cantadores e cordelistas, podemos perceber no campo o avesso da festa oficial promovida com a marca da unidade e da felicidade de todos os paraibanos. A Paraíba cantada, fotografada, filmada, gravada e teatralizada não se mostrava à multidão de modo a exibir o existente em seu *contrapelo*. Escovadas com ajuda das mãos de Walter Benjamin, talvez possamos ver as minúcias que foram encobertas propositadamente. Acompanho o filósofo frankfurtiano na sua concepção de História, contra o discurso do progresso também assumido como modelo pelos governos e pelas elites paraibanas do início do século XX. Seguindo a analogia benjaminiana do historiador-catador, é imperativo a uma escritura comprometida com o presente voltar seus olhares para os esquecidos e considerados “inúteis”, tratar a cultura como testemunho da barbárie e a história como acúmulo de catástrofes. Como teórico da memória, o filósofo em tela se comprometera com os excluídos e com a dimensão ética envolvendo a liberdade humana, “Em Benjamin, a cultura como arquivo e memória, graças ao viés crítico e revolucionário de seu modo de leitura, não deixa a sociedade e sua história se cristalizarem em museus e parques temáticos”¹³.

As narrativas não épicas não apareciam nos *lugares de memória* oficiais no palco em que subiam os atores protagonistas do coronelato do Estado. Fora da iluminação e da encenação, existiam outras narrativas vividas e contadas por homens e mulheres pobres, sem terra, sem emprego, sem casa, sem renda. Personagens de outro teatro cujo cenário é decorado com cores menos vivas, com textos mais trágicos, com

¹²O historiador Frederico de Castro Neves analisa essa questão no estado do Ceará. Rompendo com uma concepção teórica do marxismo clássico, ele estuda os saques e demais ações da multidão nos tempos das secas pelo prisma thompsoniano. Considera que as ações da multidão são políticas, que “os de baixo” sabem ler o mundo social de acordo com os códigos do seu universo cultural e se movem no campo da negociação e resistência. Por isso, o historiador citado discorda de diversas interpretações hegemônicas que interpretam tais ações utilizando termos como “atrasadas”, “primitivas”, “pré-políticas”, “instintivas”, “reações espasmódicas” e “biológicas” aos estímulos da fome. Tais interpretações tomavam como “modelo”, para classificar uma ação como política, a organização do movimento operário, tido como “racional”, “consciente”, de “mobilização duradoura”. A seca como objeto de estudo na historiografia paraibana, na perspectiva thompsoniana de Castro Neves, é pesquisa que está para ser feita. CASTRO NEVES, Frederico de. *A multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

¹³SELIGMANN-SILVA, Márcio. *A atualidade de Walter Benjamin e de Theodor W. Adorno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 52.

música mais fúnebre. Atores e atrizes secundários nas relações hierárquicas mediadas com protagonistas que roubam a cena. A dona de casa, o vaqueiro, o camponês, o pequeno agricultor, o morador de fazenda, o meeiro, o pequeno criador, em tempos áureos, negociam, lêem o jogo no qual estão imerso a fim de tirarem algum proveito da situação desigual das relações de poder. Contudo, são os mesmo que, em contextos marcados por dificuldades de sobrevivência, fazem seu *contrateatro* encenando tragédia pelas estradas, migrando para outros cenários, roubando para saciar a fome, saqueando feiras e armazéns, cobrando dos governantes soluções para seus problemas.

Longe de pensar essas ações como “*pré-políticas*” ou “*primitivas*”, vejo-as como legitimamente políticas¹⁴ dentro das condições de possibilidade das suas experiências específicas. Conforme notara Frederico de Castro Neves¹⁵, analisando o caso do Ceará, “(...) *as suas ações estão referenciadas e delimitadas pelas alternativas e possibilidades existentes no horizonte destas relações paternalistas, e somente em relação à este campo podem ser compreendidas*”. Nesse particular, não há sentido importar modelos externos para compreender determinada manifestação quando esta deve ser analisada em função das condições de uma experiência particular. Sendo assim, as ações dos retirantes devem ser pensadas como gestos políticos com conteúdo reivindicativo.

A segunda¹⁶, Eliete Gurjão¹⁷, comentando a obra do jornalista Orris Barbosa, mostra que, na seca de 1932, os homens e mulheres dos sertões paraibanos elaboraram uma subjetividade de familiaridade com as máquinas e obras contra as secas, espalhadas pela região. Citando Barbosa, a autora em tela fala da expectativa positiva em relação às máquinas movidas a energia elétrica, sobressaindo-se, inclusive, ao misticismo do Padre Cícero. Entretanto, com o abandono das obras e das máquinas, os sertanejos reconstruíam suas identidades, fazendo aparecer sujeitos rebeldes formados por trabalhadores rurais e operários desempregados. Acentua Gurjão¹⁸ que: “*Em meio às frustrações cada vez mais agravadas ocorrem tumultos, teme-se pela destruição das máquinas abandonadas que, logo são desviadas, ilicitamente, para outros fins*”.

O *contrateatro* das secas nos sertões é representado em outros palcos, a exemplo de estradas, bodegas, rodovias, açudes, paus de arara, feiras e campos de concentração. Escrito por mãos calejadas e encenado por fisionomias cadavéricas, o

¹⁴Durante certo tempo, quando se falava em movimentos sociais do campo, uma certa vertente de base marxista priorizava o sindicalismo rural ou o binômio cangaceirismo-messianismo. Com isso, os saques e motins eram ignorados por não serem duradouros, estarem submetidos aos imperativos da sobrevivência e não se adequarem aos modelos formais do movimento operário. (CASTRO NEVES, *A multidão e a História*, p. 16).

¹⁵CASTRO NEVES, *A multidão e a História...*, p. 18

¹⁶A abordagem da historiadora Eliete Gurjão, nesse texto datado de 1999, é fundamentada no conceito de *classe social* do historiador inglês E. P. Thompson.

¹⁷GURJÃO, Eliete. Secca de 32: uma história social do Nordeste. In: MELLO, José Octávio de Arruda (Org.). *Ideologia e espaço social em Orris Barbosa: ensaio crítico sobre a secca de 32*. Mossoró, RN: Fundação Vingt-ut Rosado, 1999, p. 29-40.

¹⁸GURJÃO, Secca de 32..., p. 34.

enredo dos textos é a estrutura fundiária desigual, a fome e a miséria social, conforme escrevera um testemunho ocular daquele teatro às avessas:

*Grandes levas de famintos, invadindo várias cidades sertanejas, assaltavam casas de comércio ou investiam contra os feirantes, estabelecendo uma atmosfera de pânico em todo Nordeste. (...) Multidões errantes aterrorizavam as cidades que clamavam para os poderes públicos, retransidas diante de assaltos iminentes às suas reservas pelas massas nauseabundas e terríveis*¹⁹.

Em 1939, a estiagem voltara a assolar o sertão e os pobres voltaram a fazer uso de um costume constituinte de sua *cultura política* como forma de resistência. Conforme assinala Frederico de Castro Neves, os pobres dos sertões foram acumulando experiências e elaborando uma tradição de luta que, por meio de motins, saques, invasões e furtos, era acionada para pressionar os poderosos a atenderem suas reivindicações imediatas. O jornal *A Voz da Borborema*, em abril daquele ano, noticiou “*A Calamidade da Sêca*”, revelando as condições precárias das populações urbanas e rurais em virtude do efeito da estiagem. As lavouras decaíam sob um sol escaldante, agravadas pela fome das lagartas e pragas que assolavam as plantações. Diante desse contexto, restou aos pobres resistirem:

*Em desespero de cauza, e sem possuir com que subsistir, escorraçados pela miséria, o homem do campo, o caririzeiro, o habitante da caatinga invadem as ruas das vilas e cidades e, soterrando os últimos resquícios do pudor, que se desfaz ante os imperativos do estômago com fome, apêla para a caridade pública, apresentando o triste e **desolador espetáculo** da mais lamentável e sistemáticas das mendicidades*²⁰.

A imprensa oficial divulgava a miséria e a fome. Contudo, seu objetivo era reforçar e inculcar uma representação mítica e natural para o fenômeno da seca, ao mesmo tempo em que procurava fomentar o imaginário de um governo “paternalista” que busca sempre a solução para os problemas. Às vezes, a situação era tão precária que o próprio governo demonstra fragilidade em amenizar a situação, de maneira “*que o número de pedintes que examelam por nossas ruas e bêcos, a estender a mão súplice para que os amparemos da morte por inanição*”²¹, é bem maior do que as fatias orçadas pelo Estado. A par dessa citação e fundamentado na leitura do já referido historiador Castro Neves, o que se vê é uma multidão de retirantes a invadirem o espaço urbano da Campina Grande onde os pulmões de suas elites respiravam

¹⁹BARBOSA *apud* GURJÃO, *Secca de 32...*, p. 38

²⁰Jornal A VOZ DA BORBOREMA, 26 abr.1939. Grifo meu.

²¹Jornal A VOZ DA BORBOREMA, 26 abr.1939.

ares de modernização, civilização e progresso. A beleza da cidade contrastava com a presença de “múmias famintas” a guardarem um “sofrimento inenarrável”.

Em 1942, a estiagem voltara a assolar o Nordeste. O sertanejo começara a olhar para o céu em busca de nuvens, mas elas passavam apressadas deixando o sol causticante queimar o seu coração em lamento. Esperava-se, ansiosamente, o 19 de março, o dia de São José, pois, pelas experiências populares transmitidas pela tradição oral, caso não chovesse até esse dia, “*podiam começar a desacunhar as enxadas*”. Ruy Carneiro, já preocupado contra as possíveis resistências, se antecipara ao Dia de São José, enviando comunicação aos prefeitos municipais, questionando sobre os estoques de alimentos, como se estivesse prevendo o que viria pela frente.

Janduhy Carneiro, à época, Secretário de Interior e Justiça do seu irmão e interventor Ruy Carneiro, assim descreveu a situação do sertão:

*Afirmo com inteira convicção e sem nenhum exagero: se o Governo Federal demorar por mais quinze ou vinte dias as suas providências salvadoras iremos assistir aos mais **trágicos dramas** que possam surgir de estômagos vazios, sem esperanças de saciedade.*

Acrescenta o interventor Ruy Carneiro, em memória²² posterior que

A seca de 1942 foi tremenda, e o meu querido amigo, o imortal presidente Getúlio Vargas, pouco pôde ajudar-me. Mesmo assim, nós conseguimos atravessá-la. Foi um período pavoroso, porque havia guerra, e a Paraíba não podia exportar seus produtos.

O temor de Janduhy Carneiro revelava certa preocupação com a situação dos sertanejos pobres, sobretudo, penso eu, em evitar “os mais trágicos dramas” a serem realizados por pessoas famintas. Diria, raciocinando com Thompson²³, o medo do secretário era em relação ao *contrateatro* da multidão de sertanejos resistindo para obterem trabalho e alimento. O cordel *Os horrores do Nordeste*, de autoria de José Bernardo da Silva, retrata a seca de 1942 e mostra a ação dos flagelados realizando saques em Coremas, Patos e Cajazeiras, o que fez com que o governo tomasse providências efetivando as chamadas obras contra as secas. Conforme já venho afirmando, essas práticas de resistências remontam a uma experiência acumulada pela cultura política dos populares desde a famosa seca de 1877 e forçavam o Estado a tomar as devidas providências, demonstrando, na minha concepção, um poder positivo dessa relação desigual que impõe aos governantes uma intervenção em favor de solucionar a questão.

²²Entrevista para o projeto “História política da Paraíba: constituição de acervo”, desenvolvido em convênio entre o CPDOC e o Núcleo de Documentação e informação em História Regional da Universidade Federal da Paraíba, entre maio de 1978 e agosto de 1980.

²³THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Uma peça documental importante, a esse respeito, é o relatório prestado pelo chefe de polícia, Solon Ribeiro, ao *Jornal A União*, por ocasião da sua visita ao Sertão a fim de manter a ordem. Vale à pena citar um trecho:

*Em Taperoá o número de famintos que é avultado, tentou no sábado, dia da feira semanal da cidade, provocar desordens com o fim de se apoderar dos gêneros expostos á venda (...). A massa de flagelados dirigiu-se para o mercado local, procurando forçar a entrega de feijão, farinha e rapadura de propriedade dos fereiros*²⁴.

Encontrava-se ali um grupo de pobres reclamando das autoridades trabalho e alimento. Entretanto, o delegado local e o prefeito municipal tomaram providências prendendo alguns manifestantes e angariando alimentos no comércio local para distribuir entre os populares.

As práticas se repetiam. Em Patos, Solon Ribeiro relata a existência de mais de dois mil flagelados vindos de todo o Sertão. Em Coremas, uma multidão se aglomerava em frente ao escritório da IFOCS atendendo à divulgação de que a instituição estava contratando trabalhadores. Em Cajazeiras, notara a mesma insatisfação dos grupos de retirantes. Conforme escrevera Octacílio de Queiroz, à época: “(...) o flagelado já compreendeu que não deve morrer nos tabuleiros ressequidos e solitários. Embarca de qualquer maneira no lombo dos caminhões vazios que vão rodando para leste”²⁵. Os intelectuais e governantes utilizavam a linguagem do teatro para se referir ao mundo social e político. Miguel Falcão de Alves, na época Secretário da Fazenda, escreveu um artigo para o jornal *A União*, intitulado *O Drama do Sertão*, no qual descrevia o que havia encontrado em sua viagem cênica pelo palco quente da estiagem. Vale apenas transcrever um trecho desse relato:

*Todos procuram trabalho e pedem e rogam um pão para matar a fome. São velhos e môços, crianças e mulheres-famintos, rôtos, barbas crescidas, sujos, magros, pálidos. Dá-se, então, um fenômeno interessante. Com a distribuição de serviços ou de auxílio, mais braços aparecem para o trabalho e mais bocas para pedir. E o problema se complica mais ainda. Este foi o panorama, **o espetáculo** que vimos em todo sertão. O mesmo quadro em Patos, em Pombal, em Souza, em Cajazeiras, em Piancó. O mesmo acontece em Antenor Navarro, em Catolé do Rocha, em Jatobá. O governo federal atento como têm estado a todos os problemas nacionais, não poderá deixar de atender ao apelo veemente de toda uma população que só sabe pronunciar uma frase: **TENHO FOME! É uma geração***

²⁴Jornal A UNIÃO, 25 mar.1942.

²⁵Jornal A UNIÃO, 8 abr.1942.

*inteira que desaparecerá se não vier êste socorro. Cada dia a multidão se avoluma. (...) É o fim do **drama** do Sertão, é a morte. Morte por inanição, á falta de alimento. Prouvera a Deus que não assistamos o último ato dêsse **espetáculo** terrivelmente **trágico** que é o flagelo da sêca*²⁶.

Os retirantes que desciam do interior, se espalhavam por Campina Grande ou buscavam trabalho no eito da bagaceira. Essa prática já era um costume realizado desde o final do século XIX e início do XX, descrita por José Lins do Rego nos termos seguintes: “Eu conheci essa gente das secas, nos meus dias de menino no engenho de meu avô. Vi os homens, as mulheres, os meninos de 1915. Lembro-me de cenas que me ficaram na memória como marcas de feridas”²⁷.

Os pobres aprenderam a se retirar, a buscar sobrevivência, alimento e trabalho. Pressionavam os poderosos em busca de proteção. Retiravam-se a pé, em lombo de burro, em lastro de caminhões. Nas memórias, levavam a tragédia de 1932 como recordação, estacionando, muitas vezes, debaixo dos umbuzeiros na cata de algum umbu que aliviasse o vazio do estômago.

Contudo, diante das pressões dos retirantes, o governo empreendeu algumas ações. Já em março, foram providenciadas as construções do açude de Picuí e da rodovia ligando São João do Cariri a São José do Egito. Em abril, o governo do estado abriu crédito extraordinário de 400 contos destinados à construção de estradas intermunicipais e dos açudes de Picuí, Taperoá e Malta. O governo federal enviou cinco mil contos para combates a estiagem no Nordeste. Na Paraíba, foram realizados a bacia de irrigação Condado-São Gonçalo além de outras obras de emergência pelo interior do estado.

Há que se ressaltar a famosa indústria da seca, os proveitos que os fazendeiros retiram dos tempos de estiagem. O jornal oficial nos oferece dois exemplos sobre a Seca de 1942: a) os fazendeiros Bossuet Wanderley e José Permínio, da cidade de Patos, pedindo ao interventor a construção de açudes, prática corrente em outros anos, nos quais a maioria das obras contra seca acabou sendo realizada nas propriedades privadas; b) a decretação de uma moratória que prorrogava o prazo dos fazendeiros que haviam contraído empréstimo no Banco do Brasil.

As práticas solicitadas pelo Secretário de Interior, Janduhy Carneiro, consistiam no tradicional assistencialismo aos homens e mulheres do mundo rural, implementadas pelo Estado com mais vigor desde o século XIX. Entre abril e maio de 1942, chegava à Paraíba o engenheiro Vinicius de Berredo, inspetor do IFOCS, para dar início aos trabalhos de socorro às “vítimas da seca”. Chegara também Henrique Dória, Diretor do Conselho Nacional de Imigração a fim de organizar o posto de embarque de trabalhadores para as terras amazônicas ou setentrionais do país. O governo disponibilizava, gratuitamente, as passagens no navio *Loide* para transportar os homens do Nordeste para as terras da Amazônia. A literatura de cordel é rica em testemunhos dos sonhos e das desilusões dos migrantes, até porque muitos cordelistas

²⁶Jornal A UNIÃO, 12 abr.1942. Grifos meus.

²⁷Jornal A UNIÃO, 11 abr.1942.

também se retiraram para o Norte e escreveram sobre o ciclo da borracha. Conforme analisou a historiadora Isabel Guillen²⁸, a poesia do folheto narrou a transformação do sonho em pesadelo, as dívidas com o barracão, as doenças epidêmicas, a exploração dos trabalhadores, o não cumprimento das promessas, sendo a Amazônia transformada em inferno pelo imaginário da poesia.

Com a Malásia e a Ilha de Borneu invadidas pelo Japão, a economia dos Estados Unidos era afetada com a impossibilidade de importação da borracha daqueles países asiáticos. O Brasil, nesse contexto, passara a ser a saída para a crise, uma vez que o governo brasileiro investiu na extração de seringais na região amazônica. Juntamente com essa política econômica, foi montada toda uma campanha propagandística em torno da aquisição de mão de obra a se deslocar para o Norte. A propaganda girava em torno de um discurso patriótico centrado nas expressões “Batalha da Borracha” e “Soldados da Borracha”, numa nítida analogia com a Guerra e os praçinhos da FEB. Devia-se lutar na Amazônia como os conterrâneos lutavam na Itália, todos, porém, em nome da América e contra o nazifascismo. Dessa forma, a especificidade da Seca de 1942 foi sua conexão com o conflito mundial e a recriação de uma área destinada a receber os migrantes do sertão nordestino. Agora, as populações pobres do Nordeste, quando não mendigavam nas capitais ou haviam partido para servir ao exército na II Guerra, optaram pelos caminhos não tão promissores dos seringais.

As imagens, a seguir, nos mostram aspectos da política de combate à seca, articulada com o contexto da Segunda Guerra Mundial.



Fig. 1 - Ruy Carneiro visita a Colônia de Camaratuba

Fonte: Jornal A UNIÃO, 7 mai. 1942.

²⁸GUILLEN, Isabel Cristina Martins. Cantadores das viagens: a literatura de cordel e a experiência da migração nordestina para a Amazônia. <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7107.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2011.

Ruy Carneiro aparece nessas fotografias visitando a colônia agrícola de Camaratuba, cumprimenta um colono e escuta as possíveis angústias da mãe de família com um filho nos braços.

Camaratuba era uma colônia localizada no município de Mamanguape, administrada por Jaime Camara. Nela foi desobstruído o rio, construídas casas para os colonos e plantados campos de arrozais. Como divulgava a imprensa da época, era a “Amazônia Nordeste” a receber os homens ociosos da Paraíba do Norte. A colonização do vale do Mamanguape fazia parte, conforme mencionam documentos da época, da chamada “conquista do leste paraibano”, concomitante à política colonizadora do governo federal que tomava os rumos do oeste.

A propaganda oficial afirmava que era preciso trabalhar, o trabalho era a especificidade da identidade do cidadão estadonovista. Em tempos de guerra, afirmava o governo, toda a nação deveria estar cumprindo as suas obrigações patrióticas, alguns indo aos campos de batalha e outros aos campos de plantação. Empenhar-se na guerra era um “imperativo patriótico do qual ninguém tem o direito de se eximir sob qualquer pretexto”²⁹. Enquanto muitos homens em idade militar abandonaram suas atividades cotidianas para servirem ao Exército, outros jovens, também em idade militar, não embarcaram na FEB por razões de irregularidades da situação civil. Esses jovens preocupavam o governo, pois eram “*indivíduos jovens e fortes perambulando pelas ruas das cidades, enchendo os cafés e pontos de reuniões despreocupados dos deveres para com a Pátria, enquanto outros sacrificaram-se interrompendo suas atividades*”. O governo se preocupava com a ociosidade e, ao menos tempo, procurava disciplinar esses corpos que não lutavam nos campos de guerra, mas que podiam tornar-se úteis à Batalha da Produção. Esta foi lançada por Vargas no 1º de Maio, convocando os trabalhadores para o esforço de guerra, para contribuírem com o aumento da produção nacional.

Esse projeto de colônias agrícolas fazia parte de um escopo bem maior. O Estado Novo se preocupou com o desequilíbrio entre o urbano e o rural, pois, para resolver o problema da cidade superpopulosa, com desempregados e mendigos, era preciso intervir no campo, de onde provinha o trabalhador rural, “mal educado” e mal remunerado. Por essa razão, a orientação do governo federal era no sentido de selecionar lavradores e colocá-los em colônias agrícolas, como no caso da Colônia Agrícola Nacional de Goiás, do programa de ocupação do Sertão de Pernambuco, levado a cabo pelo interventor Agamenon Magalhães, e do Núcleo Agrícola de São Bento, na Baixada Fluminense³⁰.

A subcomissão estadual paraibana da Batalha da Produção, presidida por José Jóffily, trabalhou no sentido de construir granjas-modelo nos municípios da zona úmida e entregar terras devolutas para o aproveitamento agrícola em sistema de colonização. Em 1944, foi comemorado o primeiro aniversário da Batalha da Produção na Paraíba, festa presidida pelo coronel Newton Cavalcanti. Na oportunidade, foram entregues casas coloniais aos avicultores e inaugurada a granja-modelo no município de Esperança. Segundo informava o Jornal A UNIÃO,

²⁹Jornal A UNIÃO, 11 mai. 1943.

³⁰ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 2ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, p. 225.

em 11 de maio de 1943, era preciso “*garantir a alimentação das populações nordestinas e possibilitar a vitória rápida dos exércitos da liberdade*”. O referido jornal trazia uma longa lista de contribuintes das classes dos fazendeiros, industriais, comerciantes e proprietários diversos do estado da Paraíba à Batalha da Produção.

Nesse mesmo contexto, buscou-se apoiar a Campanha da Borracha. O proprietário do engenho São Francisco, no município de Serraria, Bráulio Xavier da Cunha, pôs à disposição do governo estadual seus seringais fazendo, inclusive, uma entrega de um bloco de borracha ao interventor Ruy Carneiro, que o enviou ao Presidente Vargas. O interventor sinalizou em agradecimento pelo presente simbólico e incentivou o fazendeiro a empreender a produção de borracha como uma nova fonte de renda na economia paraibana.



Fig. 2 - Visita do agrônomo Oscar Espínola à Guarabira na seca de 1942

Fonte: Jornal A UNIÃO, 12 mai.1942

Nesta última imagem, pode-se ver uma multidão de camponeses expondo cenas trágicas em plena Seca de 1942 na cidade de Guarabira. Em maio daquele ano,

esteve viajando pelo interior o agrônomo Oscar Espínola Guedes, acompanhado do Diretor de Divisão e Fomento da Produção Vegetal do Ministério da Agricultura, distribuindo sementes de algodão e enxadas aos camponeses. Visitaram o distrito de Cachoeira, em Guarabira, cuja finalidade era implantar uma usina de descortçamento de arroz.

Castro Neves afirma que, a partir de 1932, foi se constituindo uma política no tocante à intervenção centralizada e coordenada pelo Estado para a questão da seca. Entre 1877 e 1932, o houvera “respostas localizadas” às invasões de retirantes nas cidades, mas que foram gerando uma visibilidade à multidão de modo que a questão da seca se transformaria em questão de segurança nacional no decorrer da Era Vargas.

A partir de então, o problema da seca passou à centralização estatal, mediante a criação do Ministério da Viação e Obras Públicas, entregue ao paraibano José Américo de Almeida. Além da centralização política, passou a prevalecer o discurso da técnica no tocante ao combate aos efeitos da estiagem, com um vasto programa de obras a fim de criar vagas artificiais. Outro exemplo de centralismo foi a criação da Comissão de Abastecimento Público, em 1932, que se encarregara de fiscalizar o mercado e nele intervir, cadastrando armazéns, fazendo levantamento de estoques e publicando tabelas de preços. Buscava-se evitar a especulação dos preços dos alimentos.

Pelo visto até aqui, as imagens das relações de desigualdades e exploração na área açucareira e de tensão social e conflitos nos sertões dos tempos de secas, não são luminosas e se opõem como um avesso da festa oficial que disseminava a ideologia de uma Paraíba inteira que estava a comemorar o “progresso”. Esse *contrateatro* da multidão de trabalhadores demonstra que os “de baixo” resistiram ao *Estado Espetáculo*, encenaram ações de enfrentamentos e lutas pela sobrevivência, negociaram em outras oportunidades, não se constituindo uma massa de espectadores “passivos”, conforme pensara Roger-Gérard Schwartzberg³¹.



³¹ SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. *O Estado Espetáculo*. Tradução de Heloysa de Lima Dantas. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

RESUMO

Esse artigo discute a relação entre a teatralização política estatal e as recepções realizadas por parte dos trabalhadores do campo, na Paraíba, entre 1935-1945. Parte-se da ideia de que os governos de Argemiro de Figueiredo e Ruy Carneiro, respectivamente, incentivaram a invenção de uma cultura política do espetáculo como parte do processo de busca de legitimidade política. Entretanto, essa espetacularização política oficial fazia parte das relações de forças empreendidas entre Estado e classes populares, processo esse mediado por resistências e negociações, no contexto do Estado Novo.

Palavras Chave: Teatralização; Classes populares; Trabalhadores do campo.

ABSTRACT

This article discusses the relationship between theatricality state policy and receptions held by the field workers, in Paraíba, between 1935-1945. It starts with the idea that governments Argemiro and Ruy de Figueiredo Carneiro, respectively, stimulated the invention of a political culture of the spectacle as part of the search for political legitimacy. However, this spectacle was part of the official political power relations between state and taken classes, a process mediated by resistance and negotiations in the context of the New State.

Keywords: Role play; popular classes; the field workers.